



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 550 – 26 de junho de 2019

Abrangência: 15/06/2019 a 21/06/2019

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 9.843	DOU; 21/06/2019	Altera o Decreto nº 9.527, de 15.10.2018, que cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.	Dec. 9.843 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.755	DOU; 21/06/2019	Promulga partes vetadas da Lei n. 13.755 de 10.12.2018 que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nºs 9.440, de 14.3.1997, 12.546, de 14.12.2011, 10.865, de 30.4.2004, 9.826, de 23.8.1999, 10.637, de 30.12.2002, 8.383, de 30.12.1991, e 8.989, de 24.2.1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28.2.1967.	Lei 13.755 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.831	DOU; 21/06/2019	Promulga partes vetadas da Lei n. 13.831 de 17.5.2019 que altera a Lei nº 9.096, de 19.9.1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.	Lei 13.831 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 13.845	DOU; 19/06/2019	Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.	Lei 13.845 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.846	DOU; 19/06/2019	Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008.	Lei 13.846 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.847	DOU; 21/06/2019	Altera a Lei nº 8.213, de 24.7.1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.	Lei 13.847 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884	DOU; 14/06/2019	Altera a Lei nº 12.651, de 25.5.2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.	Med. Prov. 884 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885	DOU; 14/06/2019	Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para alterar disposições acerca do Fundo Nacional Antidrogas, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.	Med. Prov. 885 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 604	DOU; 19/06/2019	Dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único, da CLT.	Port. 604 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
SÚMULA Nº 633	DJE/STJ; 17/06/2019	A Lei n. 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.	Súmula 633 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 634	DJE/STJ; 17/06/2019	Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.	Súmula 634 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 635	DJE/STJ; 17/06/2019	Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.	Súmula 635 (Site do STJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 47.674	Minas Gerais; 20/06/2019	Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.	Dec. 47.674 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 17	DJE; 19/06/2019	Avisa sobre o prazo para apresentação das declarações de bens e valores ou as cópias das declarações do imposto de renda, com as eventuais retificações, correspondentes aos exercícios fiscais de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.	Av. Conj. 17 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 4.471	DJE; 18/06/2019	Designa juízas leigas para atuarem em unidades jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 4.471 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 857	DJE; 18/06/2019	Dispõe sobre as expansões do Sistema de Expedição do Alvará de Soltura Eletrônico - ASE e da interligação do Banco Estadual de Mandados de Prisão - BEMP com o Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais via Web - PCnet da Polícia Civil de Minas Gerais, por meio do Repositório Unificado de Procedimentos Eletrônicos - RUPE.	Port. Conj. 857 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 34	DJE; 18/06/2019	Avisa sobre a implantação do Projeto-Piloto de expansão do Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe" na 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Vespasiano e na Vara Única da Comarca de Ouro Branco, para as classes processuais de natureza cível regidas pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências"	Aviso 34 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.081	DJE; 19/06/2019	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Pirapora.	Port. 6.081 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.084 (EXTRATO)	DJE; 19/06/2019	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.084 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.085 (EXTRATO)	DJE; 19/06/2019	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.085 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.086	DJE; 19/06/2019	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Guaxupé.	Port. 6.089 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.087 (EXTRATO)	DJE; 19/06/2019	Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada pela Portaria nº 5.600/2018.	Port. 6.087 (Site do TJMG)
PROVIMENTO Nº 367	DJE; 17/06/2019	Altera e acresce dispositivos ao Provimento nº 260, de 18 de outubro de 2013, que "codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais relativos aos serviços notariais e de registro".	Prov. 367 (Site do TJMG)

PROVIMENTO Nº 368	DJE; 17/06/2019	Altera dispositivos do Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”.	Prov. 368 (Site do TJMG)
------------------------------	--------------------	--	---

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.